

ATA NRO. 4/2023

Reunião Ordinária da Câmara Municipal

Realizada no dia 22-02-2023

PRESIDENTE - António Miguel Cabedal Borges

VEREADORES - Pedro Miguel Lobato Duque

- Jorge Manuel Gaspar
- Patrícia Ferreira Rei
- Patrícia Susana André da Silva



Período antes da Ordem de Trabalhos:

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

(Artigo 52° da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)



O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Vereador Pedro Duque, dado que na reunião 25 de janeiro tinha feito referência no âmbito do RJAAR, do ICNF de pareceres, que pela análise feita, haveria alteração de critérios em relação a este parecer, não tendo detetado qualquer alteração, que lhe fizesse chegar em concreto quais foram os pontos em que Respondeu o Senhor vereador Pedro Duque, ter de ver com o conceito de rearborização, em que em alguns casos a rearborização era uma das premissas que possibilitavam a continuidade das espécies que já lá estivessem, por exemplo no caso do eucalipto. O Senhor Vereador Pedro Duque que começou por referir não estar a por em causa os pareceres técnicos e sim perceber se houve ou não alteração aos paradigmas ou Continuou o Senhor Vereador corroborando as palavras proferidas em relação à Associação de Venda Nova e ao Programa Erasmus, que vai ao encontro das politicas de educação no município defendidas pelo PS e, parabenizando a condecoração a que o município foi objeto e que seja incentivo para que o município continue a apostar nesta Continuou referindo-se ao fornecimento de água à freguesia de Valhascos, durante alguns dias, que ocorreu com alguma deficiência, estando a água com baixa qualidade questionando se já foi comunicada essa situação à Tejo Ambiente, propondo que estes municípios fossem de alguma forma compensados devendo estar previsto na tabela de taxas daquele daquela empresa que possa haver essa compensação aos clientes daquela Continuou o Senhor Vereador fazendo referencia à intervenção de funcionários do O Senhor Presidente tomou a palavra dizendo ter sido contactado por um munícipe acerca de uma intervenção de funcionários do município num espaço privado, que, a ser Tentou perceber-se o que se passava e, o assunto foi enviado para processo de averiguações. ------Continuou o Senhor Vereador questionando sobre o ponto da situação das passagens hidráulicas da Serra de Alcaravela, da Estrada Nacional 244-3, ao que o Senhor Presidente O Senhor Vereador fez ainda referência a existência de alguns constrangimentos que se verificam na escola nova, na qual a Autarquia não pode intervir porque a obra ainda não foi entregue, e que colidem com o normal funcionamento do estabelecimento. ------



Reportando-me à intervenção do Sr. Presidente da Câmara, na última Reunião da Assembleia Municipal de Sardoal em resposta a uma pertinente questão levantada por um dos Deputados Municipais relativamente à escassez de médicos de família no concelho e precariedade nos vínculos laborais no sector da saúde, julgo ser pertinente esclarecer o seguinte:

De forma leviana e um tanto ou quanto satírica, o Sr. Presidente referiu "... não foi o Município de Sardoal que prometeu que em não sei quantos anos, todos os Portugueses teriam um médico de família..." e "... O estado mandou-nos regularizar os nossos precários e nessa matéria fez 0. O Governo fez 0 na regularização de precários na Administração pública"

Relembro o Sr. Presidente que com seriedade, até porque tem permanentemente acesso a um conjunto de informação a que o cidadão comum não tem, o Sr. deveria reconhecer que este Governo, assim como o anterior muito têm feito para reforçar os recursos e não só os humanos no setor da saúde. Como bem deve saber ou deveria saber, nos últimos anos em 2020 e 2021 o governo reforçou o orçamento anual da saúde na ordem dos 900 a 1000 M€. Pois se nestes dois anos em que este aumento se poderia justificar pela pandemia COVID 19, já em 2022 este aumento ainda se cifrou na ordem dos 600 M€. Quando se refere à regularização de precários promovida pelo Dec. Lei 112/2017 de 29 de Dezembro, relembro que ao contrário do que afirmou de forma paremptória, ao abrigo deste regime a Administração Central regularizou mais de 30.000 trabalhadores com

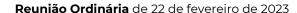


vínculo precário sendo que 8516 dos quais são do sector da saúde (dados publicados pela comissão de acompanhamento do PREVPAP em finais de 2018).

Por outro lado o Sr. Presidente bem sabe e inclusivamente já o reconheceu em reuniões do executivo que o Ministério da Saúde em sucessivos concursos para a contratação de Médicos de medicina familiar, criou um conjunto de incentivos quer monetários, quer materiais, quer até em matéria de progressão profissional sem qualquer tipo de paralelo até aqui, o que infelizmente ainda assim não se revelou suficiente atrativo para os médicos.

Por outro lado ainda, e o Sr. Presidente sabe igualmente que o atual governo encontra-se e desenvolver uma revisão do regime das Ordens profissionais, sem a qual não será possível limitar a intervenção das referidas Ordens em matéria de definição por exemplo dos "numerus clausus", sendo este um lobby que muito tem influenciado negativamente na formação anual de mais médicos.

É evidente que nem com todas estas medidas, a escassez dos médicos de família tem tido qualquer desenvolvimento positivo, antes pelo contrário, mas não se pode é dizer que este governo nada tem feito para resolver este problema. A resolução para este problema passará pela atratividade que ainda não se conseguiu imprimir ao emprego de Médico de Família em concelhos de baixa densidade, não só pela sua localização como também pela falta escala em matéria de existência de utentes para o sector privado. Sardoal, 22 de Fevereiro de 2023.







Referiu o Senhor Vereador que o seu interesse não era defender o governo de Portugal, mas sim defender os interesses dos Sardoalenses e tendo sido feito alguma coisa, não foi Tomou a palavra o Senhor presidente referindo não se rever no termo "leviandade", muito utilizado pelo Senhor Vereador, e na sua opinião é leviano utilizar esse termo. -------Disse ainda que na medicina a precariedade existe, mas nos médicos dentistas, tendo sido uma boa medida do governo em colocar um médico dentista em cada centro de Foi dada a palavra à Senhora Vereadora Patricia Silva questionando sobre o número de auxiliares da ação educativa ou assistentes operacionais que prestam funções na escola da Presa, ao que o Senhor Presidente respondeu serem duas auxiliares para fazer o horário e poderem garantir as atividades. ------A Senhora Vereadora referiu que as auxiliares garantem a abertura da escola às 7:30h com a componente de apoio à família e garantem depois o encerramento, ou seja, dentro da sala está uma auxiliar e uma educadora, tendo referido na reunião anterior, que na sua opinião é pouco. Também na sua opinião ter-se direito a uma auxiliar para poder dar suporte à educadora nas funções letivas, prevê-se que estejam as duas auxiliares dentro da sala e se se retira a auxiliar para dar suporte à componente de apoio à família quer Referiu o Senhor Presidente existir um número atribuído de auxiliares de ação educativa pelo número de crianças que tem, mas, havendo crianças com necessidades Educativas especiais o Ministério da Educação tem atribuído mais um reforço no sentido de se poder ter mais uma auxiliar destinada a determinada tipologia de crianças e insistentemente e este ano o Ministério da Educação ainda não fez, mas porque o Senhor delegado regional disse que era um assunto que tinha que ser resolvido, julga que ainda o vai fazer, porque esta é uma competência do Ministério da Educação. -------------------------------Referiu ainda que não está em causa a segurança das crianças, mas sim a falta de uma auxiliar para aquela criança que tem necessidades Educativas especiais, contudo as crianças têm apoio no âmbito de muitas entidades com que a Autarquia articula. ------Continuou a Senhora Vereador solicitando que se verificasse o passeio da Av. Heróis do Ultramar, pois existe um tubo saliente, por baixo da paragem, sugerindo que os colaboradores da Autarquia façam a sinalização e a identificação, sejam resolvidos, pois é



ORDEM DE TRABALHOS

- 1. Ata da Reunião anterior;
- 2. Diário da Tesouraria;
- 3. Proposta de Regulamento Conselho Municipal de Turismo;
- 4. Cedência transportes;
- 5. Teleassistência domiciliária Helphone fatura;
- 6. Verificação do cumprimento dos horários e turnos das farmácias 2022;
- 7. Pedido de prorrogação de prazo Obra do Externato Rainha Santa Isabel;
- 8. Apreciação das cláusulas contratuais Contrato de Empréstimo Médio Longo Prazo, no valor de 355 mil euros

ORDEM DE TRABALHOS

1. ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

2. DIÁRIO DA TESOURARIA;

3. PROPOSTA DE REGULAMENTO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO;

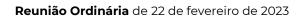


prevista no n.º 1 do art.º 98 da Lei 4/2015 de 7 de janeiro, junto se remete o Projeto de
Regulamento para deliberação superior, conforme art.º 99 da lei supracitada.
O documento em causa será sujeito a consulta pública, nos termos dos artigos 100° e 101.º
do CPA."
O Senhor Presidente prestou informações sobre o assunto
A Câmara Municipal deliberou por unanimidade submeter o documento a consulta
pública, nos termos dos artigos 100° e 101° do CPA
4. CEDÊNCIA TRANSPORTES;
Agrupamento de Escolas de Sardoal
- Deslocação a Aveiras de Cima para visita de Estudo ao Parque Rural do Tambor, dia 08
de maio
- Deslocação a Abrantes, Escola Dr. Solano de Abreu, para concentração de Badminton do
Desporto Escolar, dia 28 de fevereiro
A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir os pedidos
5. TELEASSISTÊNCIA DOMICILIÁRIA – HELPHONE – FATURA;
Relativamente ao assunto mencionado em título, o serviço competente informou o
, 5 1
seguinte:
seguinte:
seguinte: "no âmbito do programa Teleassistência (Protocolo CMS e AADA), foi rececionada uma
seguinte:
"no âmbito do programa Teleassistência (Protocolo CMS e AADA), foi rececionada uma fatura (novembro), no valor de 85,33€, na qual se verifica mais um artigo faturado/equipamento de teleassistência relativamente ao mês anterior, cuja faturação se centrava nos 73,14€. Sendo que se encontram 6 (seis) equipamentos de teleassistência em uso no concelho. Nestes termos foi esclarecido pela AADA, que se verificou uma avaria num dos equipamentos, tendo sido solicitado por parte da entidade a substituição de um botão de pânico, contudo após a sua substituição verificou-se que o equipamento não estava a funcionar corretamente, pelo que foi solicitada a substituição integral do mesmo. Porém verificou-se um desfasamento entre a devolução dos artigos e a faturação dos mesmos, ou seja, os equipamentos foram devolvidos um dia após a faturação o que originou a
seguinte:



A Câmara Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade autorizar o pagamento
integral da fatura, de acordo com a informação prestada pelo serviço
6. VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS HORÁRIOS E TURNOS DAS FARMÁCIAS -
2022;
Foi presente o relatório de verificação do cumprimento dos turnos e horários das
farmácias do ano de 20222, no concelho de Sardoal
A Câmara Municipal tomou conhecimento
7. PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO - OBRA DO EXTERNATO RAINHA SANTA
ISABEL;
Assunto retirado da Ordem de Trabalhos
8. APRECIAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS - CONTRATO DE EMPRÉSTIMO
MÉDIO LONGO PRAZO, NO VALOR DE 355 MIL EUROS
Foi presente a informação nro. 1745/2023, relativa ao assunto mencionado em título e
cujo teor é o seguinte:
"Considerando:
1.A proposta apresentada pela CCAM do Ribatejo Norte e Tramagal, para a
contratualização do empréstimo médio longo prazo no valor de 355.000,00€, conforme
proposto na Informação nº 1.434/2022 de 16 fevereiro.
2.0 contrato que se anexa, já outorgado pelas partes interessadas;
3.Que apesar de ser competência do Presidente de Câmara outorgar contratos em
representação do município, nos termos da alínea f), nº 2 do artigo 33º da Lei nº 75/2013
de 12 setembro, mas nos termos da alinea b) do n $^\circ$ 1 do artigo 5 $^\circ$ da do Anexo I da
Resolução nº 3/2022 de 08 abril do Tribunal de Contas é solicitado a aprovação do órgão
executivo relativo à minuta do contrato;
Deste modo, PROPÕE-SE a V. Exa. a submissão do contrato, a reunião de Câmara, para
que possa ratificar, em virtude de o mesmo já estar outorgado."
A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar a decisão tomada

Encerramento







E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor	Presidente da Câmara deu por encerrada a	
reunião eram dezasseis horas, do que para co	nstar e devidos efeitos, se lavrou a presente	
ata, que depois de considerada em conf	ormidade, vai ser assinada pelo Senhor	
Presidente e por mim, Anabela Graça, Técni	ca Superior de Secretariado, da Secção de	
Expediente, Arquivo Geral e Reprografia, que a redigi, subscrevi e assino		
<u>-</u>		
_		